



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Bianchi Aguiar, Leila; Romeiro Chuva, Márcia Regina
Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas
relações com as atividades turísticas
Antíteses, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, 2014, pp. 68-93
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875006>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas¹

Institutionalisation of the cultural heritage protection practices in Brazil and Argentina, and its relations with tourist activities

Leila Bianchi Aguiar*

Márcia Regina Romeiro Chuva**

RESUMO



Esse artigo analisa de modo comparativo a implantação das políticas de proteção ao patrimônio nacional no Brasil e na Argentina e suas relações com o surgimento do turismo. Enfatiza as semelhanças e dessemelhanças das experiências que foram similares em relação às suas finalidades nos dois países entre 1937 e 1946, período em que se consolidaram as ações nesse sentido. A institucionalização das práticas de proteção ao patrimônio no Brasil e na Argentina será analisada em seus aspectos legais; segundo a natureza e tipologia dos bens protegidos, os meios de disseminação dessas ideias e as relações entre patrimônio e turismo.

Palavras-chave: Patrimônio Nacional. SPHAN. Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos. Patrimônio e Turismo.

¹ Esse artigo é fruto do projeto de pesquisa Institucionalização das práticas preservação do patrimônio cultural: estudos comparativos na América do Sul (1920-1972), financiado pelo CNPq, através do Edital Ciências Humanas, de 2011-2013

* Doutora em História pela UFF (2006). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

** Doutora em História pela UFF (1998). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e professora do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do IPHAN.

ABSTRACT

This article makes a comparative analysis of the implementation of the national heritage protection policies in Brazil and Argentina, and its relations with the emergence of tourism. It focuses on the similarities and differences in the experiences that were relatively similar with regard to the purposes of the institutionalisation in both countries between 1937 and 1946, a period in which the actions toward this end were consolidated. The institutionalisation of the cultural heritage protection practices in Brazil and Argentina will be analysed in terms of its legal aspects, its nature and the typology of the protected assets, the means of dissemination of these ideas and the relations between heritage and tourism.

Keyword: National Heritage. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Comisión Nacional de Museos y Monumentos y tares Históricos. Heritage and Tourism.

Esse artigo se propõe a analisar de modo comparativo a implantação das políticas de proteção ao patrimônio² nacional no Brasil e na Argentina e suas relações com o surgimento do turismo (ou de políticas nesse sentido). A intenção é verificar semelhanças e dessemelhanças das experiências, que foram relativamente similares no que diz respeito às suas finalidades nos dois países.

Ainda que se promovam hoje ações transnacionais de preservação de bens culturais, com a preservação de bens de modo compartilhado por diferentes países da América do sul, estudos comparativos sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural nos países sul-americanos e suas políticas não tem sido realizados. Esperamos contribuir com reflexões sobre a constituição e consolidação do campo do patrimônio cultural nos diferentes países do continente sul-americano, seus processos singulares de participação no sistema internacional de patrimônio e as redes estabelecidas entre esses países a partir dessa temática.

Ao lado dessa lacuna, apesar da conhecida associação entre construção dos Estados nacionais e a formação do campo de patrimônio em geral, raramente é feita a associação com o desenvolvimento das atividades turísticas, vistas meramente como consequência da mercantilização da cultura contemporânea. Veremos que tais vínculos são pretéritos e por vezes até incentivados pelas instituições de patrimônio.

Nos países em foco, as instituições de preservação do patrimônio ganharam novo fôlego com a onda de patrimonialização de práticas culturais cotidianas ou extraordinárias, como os ofícios e saberes, as festas e celebrações; as formas de expressão e os lugares, dentre outras manifestações culturais de grupos tradicionais, denominadas de patrimônio

2 No contexto em análise, o termo **patrimônio** era adotado somente no Brasil. Nesse artigo, generalizaremos o seu uso adjetivado de **nacional** para tratar das ações de proteção dos “monumentos e lugares históricos” na Argentina e ao “patrimônio histórico e artístico” no Brasil. A expressão patrimônio cultural, cunhada somente a partir dos anos 1970, será aqui utilizada apenas para nos referirmos ao campo temático em geral.

imaterial. Essas ações deram início a uma reconfiguração substancial do campo do patrimônio cultural, que trouxe elementos novos (temas, profissionais, interlocutores, problemas etc.) para o debate, especialmente se considerarmos o contexto de globalização em que isso ocorre.

Para compreender essas transformações, a abordagem historiográfica se apresenta como ferramenta promissora nos estudos das políticas de patrimônio, se buscar, numa perspectiva diacrônica, a sociogênese de práticas culturais que as constituem, a partir de uma análise dos seus indícios materiais e discursivos, verificando suas (re)apropriações e transformações no tempo.³ Sem perder de vista as singularidades de cada situação nacional, é pertinente compreendê-las dentro de um contexto histórico amplo, tendo em vista as relações entre Estados no contexto sul-americano e também em escala mundial, tendo em vista que a prática cultural de atribuição de valor a bens materiais expressivos do ser nacional se instituiu em todo Ocidente e de modo incrivelmente similar, seguindo modelos mais ou menos intervencionistas.

No Brasil e na Argentina, as instituições responsáveis hoje pela proteção do patrimônio cultural foram criadas em 1937 e 1938, respectivamente. São elas o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto (IPHAN) e a Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos (CNMMYLH).

O recorte temporal adotado abrange a primeira década de atuação das duas instituições federais de preservação, período em que foram forjados os meios para sua consecução e rotinizadas as práticas que consagraram os bens que deveriam tornar-se objetos das políticas de patrimônio. Da mesma forma, abrangem um período inicial de organização das atividades turísticas e de visitação aos bens imóveis e sítios urbanos preservados.

Diretamente relacionadas à constituição dos estados nacionais nos dois países, as práticas de preservação do patrimônio surgem num contexto em que estão sendo constituídas novas relações entre estados, inclusive aqueles surgidos nos processos de independência ocorridos ao longo do século XIX na América Ibérica. As novas nações, na virada do século XIX para o século XX, compartilhavam da noção de progresso predominante no mundo ocidental, que alimentava as perspectivas de futuro da humanidade, em direção a um mundo melhor. Essas perspectivas eram marcadas por um sentimento nacional: construíram-se histórias nacionais, que se materializavam em “patrimônios nacionais” a serem protegidos da destruição. Tratava-se de guardar restos do passado para as gerações futuras. Por meio da patrimonialização de bens culturais, são

³ Para uma leitura da ação política em sua dimensão cultural trabalhamos com Norbert Elias (1989, 1993) e Pierre Bourdieu (1982, 1989). As análises das relações entre Estado e Cultura, especialmente inspiradas no diálogo entre História e Antropologia, acompanham as análises de Clifford Geertz (1978), Norbert Elias (1987) e Benedict Anderson (2008).

definidas e defendidas as narrativas da história nacional, materializadas nos vestígios protegidos da destruição.

Nos dois países, a ação de preservação dos bens culturais foi, historicamente, atribuída ao Estado, que confere a determinados bens um caráter simbólico de emblema representativo da nacionalidade ao bem cultural protegido, estabelecendo, por meio desses bens, uma continuidade em relação a um passado selecionado. Sob essa ótica, as práticas de preservação cultural devem ser consideradas como dispositivos de integração de segmentos de uma população contida no território delimitado como nacional. Essa modalidade de integração cultural e territorial, acionada pelo exercício do poder de definição do patrimônio cultural nacional, foi um dos meios de construção da nação, pela materialização no espaço de uma “história nacional”.

Vamos então analisar aqui os processos de institucionalização das práticas de proteção ao patrimônio no Brasil e na Argentina, estabelecendo comparações entre: os aspectos legais; a natureza e tipologia dos bens protegidos e os sentidos atribuídos à nação por meio desses bens; os meios de disseminação dessas ideias e as relações entre patrimônio e turismo.

A questão legal

O Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e a Lei nº 12.665, de 30 de setembro de 1940 organizaram os parâmetros e procedimentos para a ação de proteção ao patrimônio que se instituiu no Brasil e na Argentina, respectivamente. Ao analisar o escopo dessas leis, verificamos os mecanismos administrativos forjados para proteção legal do patrimônio nacional, considerando as atribuições das instituições, o grau de intervenção do poder público na propriedade privada a partir da proteção de bens arquitetônicos e também os instrumentos criados para a sua execução efetiva. Então, vejamos.

No Brasil, a criação do SPHAN se deu no bojo da ampla reforma do Ministério da Educação e Saúde empreendida pelo Ministro Gustavo Capanema, concretizada pela Lei 378, de 10 de janeiro de 1937. Nessa lei foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o seu Conselho Consultivo. O SPHAN substituía e ampliava as funções que estavam atribuídas à Inspetoria de Monumentos Nacionais criada em 1934, vinculada ao Museu Histórico Nacional.

O Decreto lei 25 que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, estabeleceu os fundamentos dessa ação do poder público e se encontra em vigor no Brasil desde então, ao lado de um arcabouço legal complementar que se constituiu ao longo dos anos. O Decreto lei 25 é obra de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço por 30

anos consecutivos. Para sua elaboração, teve a inspiração do Anteprojeto para criação de uma agência federal com tais finalidades, produzido por Mário de Andrade a pedido de Capanema e também de projetos de lei que não vingaram, como o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho, de 1930, reapresentado em 1935, para criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais na Bahia.

Sonia Rabello de Castro realizou uma exaustiva análise sobre o Decreto lei 25 em termos jurídicos, apontando a genialidade de sua construção legal que lhe confere perenidade (CASTRO, 1991). A maioria dos estudos sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, desde os anos 1990, tem destrinchado essa legislação jurídica e politicamente e outros autores têm participado de discussões que antagonizam aqueles que são a favor de sua permanência sem modificações e outros, que ressaltam seu caráter rígido e sua origem em um regime autoritário, requerendo uma adaptação aos padrões da sociedade democrática da atualidade. Trata-se de uma legislação aplicável em regime democrático, conforme verificado desde sua ratificação pela Constituição de 1988, razão que não justificaria sua alteração. Os procedimentos institucionais, as rotinas de trabalho e o controle social das suas ações, por sua vez, são aspectos da ação política institucional, que pode criar instrumentos de observação, fiscalização e acompanhamento de suas ações pela sociedade que independem da mudança da lei. Nesse sentido, interessa aqui não apresentar uma descrição detalhada do Decreto lei 25, mas estabelecer alguns elementos substanciais de comparação entre a legislação brasileira e argentina.

O tombamento é o instrumento administrativo criado pelo Decreto lei 25. Por meio dele, foi introduzida uma nova ação do poder público visando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo, para isso, limites ao direito de propriedade. Tais limites se colocam porque o bem tombado não é desapropriado, permanecendo o direito de compra e venda. Contudo, o bem não pode ser destruído e toda obra ou reforma só pode ser realizada com a prévia autorização do SPHAN. Limita-se assim parcialmente o direito do proprietário sobre seu bem, estabelecendo regras, que concorrem com as normas municipais, que regulamentam o uso do solo urbano. Desse modo, as determinações impostas pelo tombamento devem ser absorvidas pela legislação urbana. E o SPHAN é órgão fiscalizador da proteção do patrimônio nacional, fazendo uso do poder de polícia para embargar obras e impedir que alterações, modificações ou a destruição de um bem tombado se concretize.

O tombamento se conclui com a inscrição em um dos quatro Livros do Tombo criados pelo Decreto lei 25. São eles: das Belas Artes; Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e das Artes Aplicadas. O tombamento pode ser solicitado por qualquer cidadão e o próprio Serviço também pode fazê-lo. Para cada solicitação é aberto um Processo de Tombamento e a equipe técnica do SPHAN deve emitir parecer sobre o caso. O parecer do diretor do Serviço, que em geral acompanha o parecer técnico, é apresentado ao Conselho

Consultivo. A maioria dos conselheiros, por fim, decide se o bem em causa deve ser inscrito em um dos Livros de Tombo.

Mas como se constitui o Conselho Consultivo do SPHAN? É presidido pelo diretor do Serviço e composto pelos diretores dos Museus Nacionais ligados a objetos históricos ou artísticos e por mais dez membros nomeados pela presidência da República com mandatos vitalícios.⁴ Os critérios para a escolha desses nomes não estavam descritos na lei e os nomes que ocuparam essas cadeiras eram, em sua grande maioria, de intelectuais de prestígio e representatividade social e política, que garantiam uma retórica legitimadora e consagradora às ações do SPHAN.

Verificamos então que o SPHAN e seu Conselho dispõem de uma autonomia concedida legalmente para a condução da identificação, seleção e proteção do patrimônio nacional no Brasil. Essa autonomia se dá por meio do reconhecimento e da consagração do saber técnico-científico de especialistas que se encontram entre os arquitetos que compõem a equipe técnica do Serviço e, principalmente, na reunião de intelectuais de notório saber no Conselho Consultivo do SPHAN.

Ao analisarmos o caso argentino, verificamos semelhanças e também distinções significativas nos mecanismos encontrados para a organização das ações de proteção ao patrimônio.

A Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos que precedeu a atual foi criada em 1938, presidida pelo historiador Ricardo Levene, com a responsabilidade de “projetar la legislación nacional para unificar el controlador, administración, conservación etc. de todos los lugares monumentos, templos, casas y museos históricos del país”. A Lei n. 12.665 é resultante dessa atribuição conferida à Comisión, tendo Ricardo Levene estado à frente da sua elaboração e encaminhamento ao Congresso, até sua aprovação em 1940. Essa lei determinou a criação da Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos (CNMMYLH), vinculada ao mesmo Ministerio de Justicia e Instrucción Pública.

A Comisión, instituição governamental que permanece em funcionamento ainda hoje, era composta pelo seu presidente e vice-presidente, um secretário, um arquiteto e 10 vogais, além dos diretores de museus nacionais. Conforme a Lei 12.665, os vogais “ejercerán sus funciones con carácter honorario y serán designados por períodos de seis años, pudiendo ser reelectos”, constituindo-se numa espécie de corpo técnico e consultivo, conforme estabelecido nas funções da Comisión:

- a) Distribuir los cargos o funciones entre sus Vocales y delegar en uno o más de éstos el ejercicio de las atribuciones que le corresponden; b)

4 Atualmente, os mandatos são de quatro anos com direito a uma recondução.

Formar subcomisiones locales em provincias o territorios, y delegar en ellas el uso de sus facultades quando lo considere oportuno; (BOLETIN, 1941, p. 232).

Nossa análise corresponde pois ao período do primeiro mandato dos vogais e à gestão de Ricardo Levene e Luís Mitre como vice-presidente, que contou com um grupo coeso que colaborou intensamente com a implantação da Comisión e a consolidação da nova legislação, como veremos. A equipe constituída em 1938 aparece descrita no primeiro número do Boletin da Comisión, publicado em 1939. Até 1946, ocorreram inexpressivas mudanças, como pode ser verificado nos Boletins subsequentes, mantendo-se praticamente o mesmo grupo de vogais e diretores de museus nacionais, ao longo da gestão de Levene, além do arquiteto Mário J. Buschiazza e do secretário José Luis Busaniche. Com a saída de Levene, esse grupo de alterou significativamente.

A legislação não estabeleceu critérios para nomeação dos vogais (apenas no caso dos diretores de museus nacionais) e, como verificamos no Boletin da Comisión, eles participam ativamente dos trabalhos, contribuindo com estudos sobre os bens a serem indicados para proteção. Nas reuniões da Comisión,⁵ são selecionados os pedidos de registro de bens como monumentos e lugares históricos a serem encaminhados ao Poder Executivo da Nação. Cabe a esse a aprovação final e a elaboração de Decretos que instituem os atos declaratórios.

No caso argentino, a instituição não dispõe de poder decisório, pois seus pareceres são submetidos à outra esfera de poder, a qual determina a declaração final do bem como patrimônio da nação argentina. Ou seja, os estudos são realizados pela Comisión e seus vogais para subsidiar a decisão final, que cabe ao Poder Executivo. Embora se faça presente o reconhecimento e legitimação da fala institucional, uma instância superior se estabelece.

A estrutura montada no SPHAN era mais complexa, tendo em vista a existência de uma instância técnica que elaborava os estudos e os encaminhava para o Conselho Consultivo emitir parecer final. O grupo de vogais da Comisión era também constituído por intelectuais renomados, que assumiam o papel de atribuição de valor e, afinal, de materialização de uma identidade nacional, contudo, não dispunham da mesma autonomia conferida ao SPHAN pela legislação brasileira.

Em relação às limitações sobre o direito de propriedade, há ainda diferenças importantes a serem consideradas na legislação dos dois países.

⁵ Tais reuniões, convocadas pelo presidente, contavam com a presença do vice-presidente, dos vogais e dos diretores de museus nacionais e ocorriam mensalmente. As Actas de la Comisión encontram-se reproduzidas nos Boletins da Comisión.

Também na Argentina, após a declaração como patrimônio nacional, os bens não poderão ser destruídos ou sofrer modificações, restaurações ou reformas sem a autorização da Comisión. Ela cooperará com os gastos de conservação ou restauração quando forem propriedade pública em qualquer nível de poder, conforme o Artigo 4º da Lei 12.665 e, em relação aos próprios da Nação, das províncias, das municipalidades ou de instituições públicas, o Artigo 2º estabelece que “quedan sometidos por esta ley a la custodia y conservación del gobierno federal, en su caso, en concurrencia con las autoridades respectivas.” Paralelamente, essa proteção admite um compartilhamento de responsabilidades, envolvendo não somente os poderes municipais e provinciais mas também os particulares que sejam tutores ou proprietários dos bens protegidos. Nesse último caso, quando se trata da propriedade privada, a legislação argentina promove a expropriação do bem ou entra em acordo com o proprietário, no sentido de assegurar a finalidade da lei. E, ainda, se a sua conservação resultar em prejuízo econômico ao proprietário, ele terá o direito a uma indenização. Assim consta na lei, no seu Artigo 3º:

El Poder Ejecutivo a propuesta de la Comisión Nacional, declarará de utilidad pública los lugares, monumentos, inmuebles y documentos de propiedad de particulares que se consideren de interés histórico o histórico-artístico a los efectos de la expropiación; o se acordará con el respectivo propietario el modo de asegurar los fines patrióticos de esta ley. Si la conservación del lugar o monumento implicase una limitación al dominio, el Poder Ejecutivo indemnizará a su propietario en su caso. (BOLETIN, 1941, p.233).

Vale destacar que esse procedimento provocava pesadas despesas ao governo e, segundo Maria Sabina Uribarren, foram comuns os acordos entre proprietários e a Comisión destinados à proteção dos bens declarados como patrimônio nacional (URIBARREN, 2008). Outro aspecto a ser destacado é a isenção de impostos para todo bem classificado como patrimônio nacional, a fim de proteger a propriedade privada das limitações impostas pelo interesse público, distinguindo-se também nesse aspecto da legislação brasileira.

Ao mesmo tempo, está prevista a aplicação de multas àqueles que infringirem a lei “mediante ocultamiento, destrucción, transferencias ilegales o exportación de documentos históricos” (Artigo 8º). Cabe à Comisión a fiscalização do cumprimento da lei bem como a aplicação de multa aos infratores e, nesse aspecto iguala-se à legislação brasileira. O SPHAN, contudo, teve inúmeras dificuldades de instituir as multas, ainda que historicamente tenha exercido o poder de polícia, com embargo de obras e confrontamentos judiciais. No caso argentino, ainda segundo Uribarren, tendo em vista a opção da Comisión por privilegiar a proteção de bens de natureza pública e não privada, foram insignificantes os confrontamentos com proprietários de bens declarados. O Brasil, ao contrário, lidou com

problemas dessa ordem desde seus primeiros anos de atuação, ao tombar milhares de imóveis privados com o tombamento de cidades.

A Lei argentina também estabelece um rigoroso controle sobre o comércio e a circulação de bens móveis, somados os documentos históricos, proibindo a saída desses bens do país, além de fazer menção à possibilidade de aquisição pelo poder público e às prerrogativas da instituição nesse sentido (Lei 12.665, Artigo 5º). Tais bens devem ser inventariados e registrados, conforme trata o Regulamento da Comisión Nacional (BOLETIN, 1941, p. 277).

Como vimos, há semelhanças em relação às finalidades das instituições, no contexto nacionalista da experiência histórica dos anos 1930-40 nos dois países. Paralelamente, há distinções significativas em relação aos procedimentos adotados para proteção do seu patrimônio nacional. Um dos aspectos aqui destacados foi o nível de autonomia institucional e a consequente legitimidade conferida aos agentes envolvidos na definição do patrimônio nacional, bem superior no caso brasileiro. Outro aspecto que consideramos importante foi o grau de intervenção que essa nova ação promove, como parte do processo de formação do Estado, que toma por base uma cultura política distinta nos dois países. O estado brasileiro estabelece limitações à propriedade privada, impondo um compartilhamento de deveres na preservação do patrimônio que não se reproduz na Argentina. Os efeitos dessa ação e dessa intervenção serão bastante expressivos ao analisarmos, adiante, as características dos bens protegidos nos dois países. No entendimento de Levene acerca da lei argentina:

estableciéndose que si la conservación del lugar o monumento histórico implica una limitación al dominio, el P.E. indemnizará al propietario o se declarará de utilidad pública por su interés histórico o histórico-artístico a los efectos de la expropiación (BOLETIN, 1944, p. 305).

Nos dois países, podemos afirmar que a ação de proteção aos monumentos foi fundada com base na tutela jurídica, a partir da aplicação do instituto do tombamento ou do registro ou ato declaratório, que atribui ao Estado o papel exclusivo de definir e controlar o que seria o patrimônio nacional. Como vimos, essa ação não é exercida pelo uso da força, mas pelo reconhecimento do poder atribuído ao Estado para esse fim, por meio dessas instituições, poder esse consagrado pelos atributos dos intelectuais envolvidos com tais instituições, que por diferentes meios configuraram e legitimaram seus lugares de fala, como veremos a seguir, através das publicações editadas pelas duas instituições.

Meios de disseminação de valores e ideias – a Revista do SPHAN e o Boletin da Comisión

Além dos tombamentos realizados, que deixam presentes no território e na paisagem uma feição da nação, outros espaços foram significativos para a disseminação de uma ideia de Brasil e daquilo que deve ser reconhecido como seu patrimônio – isto é, como a sua própria identidade. No caso brasileiro, um dos espaços mais significativos nesse sentido foi a Revista do SPHAN, que teve o primeiro número lançado em 1938.

A instituição argentina também dispunha de uma ferramenta de comunicação expressiva: o Boletin de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, lugar de fala privilegiado, que relata as ações, estudos, atos declaratórios, leis, relatórios de atividades nas diversas áreas de atuação da Comisión. Até 1946, as duas publicações tinham a periodicidade anual como meta.

Nas duas publicações, o número 1 tem um papel emblemático de apresentação da nova instituição e das novas atribuições do Estado, na proteção do patrimônio histórico nacional ou dos monumentos e lugares históricos, de anunciação do espaço editorial como lugar de prestação de contas e, principalmente, de debates e divulgação de um conhecimento em construção.

Vamos descrever brevemente essas publicações, com a preocupação de compreendê-las como veículos de comunicação e disseminação de valores e ideias acerca das ações de proteção do patrimônio nacional. Tais publicações eram um dos meios de consagração de uma identidade nacional por meio das falas de seus intelectuais e de construção da legitimidade das ações institucionais recentemente criadas pelo poder público. Ao publicarem relatórios de atividades ou estudos técnico-científicos sobre edificações, cidades, museus, bens móveis e imóveis e monumentos protegidos, percebemos as singularidades dos processos comunicativos nos dois países, bem como semelhanças que se apresentavam numa perspectiva mais ampla.

Podemos afirmar que as duas publicações foram espaços privilegiados para a construção dessa nova área de intervenção social e para a divulgação de um pensamento institucional. Essas instituições tornaram-se balizadoras dos debates sobre o patrimônio nacional.

A Revista do SPHAN

Entre 1938 e 1946 foram publicados os primeiros sete números da Revista do SPHAN. Contudo, em função da homogeneidade e adequação ao seu projeto fundador, trabalharemos aqui com os 11 números publicados até a mudança de denominação para Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, momento em que ocorrem também mudanças administrativas, como a passagem de Serviço - SPHAN para Diretoria - DPHAN, a aprovação de um Regimento Interno e em alguns aspectos do padrão original da Revista, como por exemplo, o número e a dimensão dos artigos.

A Revista tinha o formato de uma coletânea de artigos autorais, com uma média de 12 artigos por número, e um número limitado de imagens, reproduzidas em preto e branco. No período foram publicados 124 os artigos, escritos por 58 autores (CHUVA, 2009).

Tinha como temática exclusiva o patrimônio histórico e artístico brasileiro, não apresentando artigos a respeito de outros países e um número bastante reduzido de autores estrangeiros não enraizados no país. O universo de autores da Revista era diversificado em termos de área de conhecimento e de inserção socioprofissional. Eram eles historiadores, antropólogos arqueólogos, advogados ou juristas, historiadores da arte, arquitetos, que compunham os quadros do Conselho Consultivo do SPHAN, de museus nacionais e de diversas instituições públicas. Eram também técnicos e funcionários do SPHAN e intelectuais renomados que circulavam na rede de relações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, como Sérgio Buarque de Holanda, além de convidados de áreas específicas.

É bastante sabido que o investimento do SPHAN, por meio da Revista, foi no sentido de construir uma arte brasileira que se enquadrasse nos padrões universais. Para tanto, foram publicados artigos resultantes dos estudos estilísticos e documentais em desenvolvimento acerca da arte e arquitetura coloniais, que levaram à consagração das singularidades da arte religiosa católica, especialmente em Minas Gerais no século XVIII como momento fundador de uma produção artística genuinamente brasileira, associada ao estilo barroco, desenhado pelos intelectuais que se dedicaram ao conhecimento da história da arte e da arquitetura no Brasil colonial.

Contudo, é no espaço da Revista que vimos também brechas para outros temas ou ideias alternativas acerca daquilo que pode fazer parte dessa seleta e quase onipresente lista que constitui a feição da nação: barroca, católica, branca, moderna e civilizada. Foi na Revista que outras áreas, objetos e temas se revelaram em circulação dentro da órbita institucional num formato diferente do tombamento e, curiosamente, eles foram apresentados por autores que compunham também o Conselho Consultivo. É nesse espaço que Heloísa Alberto Torres, antropóloga, integrante do Conselho Consultivo do SPHAN como diretora do Museu Nacional, publica o artigo intitulado *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil* (TORRES, 1937). Walter Lowande desenvolve

interessante trabalho sobre as relações entre o Museu Nacional e o SPHAN nesse período, mostrando um compartilhamento de experiências, um respeito entre as atribuições das duas instituições e, principalmente, uma espécie de divisão do trabalho planejada em conjunto pelos dois diretores (LOWANDE, 2013).

Afirmamos enfim que a Revista do SPHAN foi planejada e executada como uma revista científica especializada, visando a produção de conhecimento acerca da história da arte e também do patrimônio cultural brasileiro e nela foram publicados artigos de autores renomados que conferiram prestígio ao periódico e ao próprio SPHAN.

O padrão adotado, bem como as características formais e conceituais da Revista deram legitimidade à nova ação inaugurada pelo Estado, especialmente pela autoridade científica a ela imputada. E vimos aqui mais uma vez que o saber científico se impôs como critério de verdade e, principalmente, como ferramenta eficaz de produção de legitimidade às ações impositivas do Estado.

O Boletin de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos.

Dentre suas funções cabia à Comisión, conforme o Artigo 2º do Decreto de 1938, “publicar una Memoria anual sobre el desenvolvimiento de su acción y movimiento administrativo de los establecimientos de su dependencia.” (BOLETIN, 1939 p.9) e para cumpri-las foi criado o Boletin de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos, cujo número um saiu em 1939. Até 1946 foram publicados oito números do Boletin, período que coincidiu com a gestão de Ricardo Levene à frente da Comisión. O padrão definido no projeto original do Boletin, verificado no primeiro número, se repetiria nos oito números seguintes, mantendo a homogeneidade do periódico.⁶

Os números tinham uma média de 600 páginas, sendo que o número de abertura contou com 259 páginas e o maior desse conjunto com 795 páginas. Tinham imagens reproduzidas em preto e branco e desde o seu primeiro número, se estruturou com informações sobre todo o ano decorrido, da seguinte forma: abertura com a lista de todos aqueles que atuavam na Comisión (presidente, vice-presidente, vogais, secretário, arquiteto e diretores dos museus nacionais e delegados provinciais); Lista das Publicações da Comisión; Labor realizada por la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos em el año tal; Sección Museos Históricos, que conta com os informes dos diretores de vários museus nacionais e provinciais; a Sección Monumentos y Lugares Históricos, organizada

⁶ A conflituosa saída de Ricardo Levene da presidência provocou mudanças administrativas na Comisión. O Boletin foi publicado até o número 14, datado de 1958, seguido de uma edição não numerada, relatando as atividades dos anos de 1958-1962, publicado em 1964.

pelo arquiteto da Comisión Mario Buschiazzo, apresenta proposições e projetos para bens declarados, para colocação de placas e dá informes sobre restaurações e obras; Sección Bibliografia e, por fim, as Actas de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos, que relatavam as reuniões com os vogais realizadas mensalmente, de março a dezembro.

O relatório anual assinado pelo presidente abria as seções do Boletin e tratava de assuntos que tiveram lugar no ano decorrido, como novos instrumentos legais, inaugurações de monumentos, exposições, placas comemorativas, relatos sobre bens declarados e seus respectivos decretos, restaurações e obras diversas realizadas em bens registrados e museus, reprodução de discursos proferidos em inaugurações e em visitas escolares a Museus, relatos de viagens de trabalho do arquiteto ou de vogais da Comisión; informações sobre turismo na Argentina, como a sinalização de lugares históricos em rotas nacionais, dentre outros assuntos.

Dentre as seções finais, encontravam-se artigos autorais, com contribuições de intelectuais colaboradores argentinos e estrangeiros. Dentre os colaboradores argentinos, destacou-se a profusa produção de Ricardo Levene e do arquiteto Mário Buschiazzo. Esse último, cumpria também um papel de divulgador de ações em outros países, com os artigos “La restauración da ciudad de Williamsburg” (BUSCHIAZZO, 1941); “La organizacion del servicio de monumentos históricos na França” (BUSCHIAZZO, 1940), ou ainda os informes como delegado da Comisión no V Congreso Panamericano de Arquitectos (BOLETIN, 1940).

O Boletin publicava a tradução de documentos internacionais de referência, como a “Ley Francesa sobre monumentos históricos” (Boletin, 1940)⁷; o Estatuto Internacional de Antigüidades e Exploraciones. Sociedad de las Naciones – Acta Final de la Conferencia del Cairo.(BOLETIN, 1939). Encontramos também autores brasileiros publicados, em espanhol, como o artigo de Paulo Duarte tratando da ação desenvolvida pelo SPHAN e Relíquias da Bahia, Brasil, de Edgard de Cerqueira Falcão (BOLETIN, 1940).

Antes das Actas de la Comisión, havia a Sección Bibliografia, que confirmava as pretensões de conhecimento e constituição de uma rede internacional. Nela eram apresentadas as novidades publicadas ao longo do ano sobre a temática da proteção ao patrimônio, apresentando pequenos resumos das referências indicadas. Dentre elas, encontravam-se obras publicadas pelo Instituto Nacional de Antropología e História do México; pela Universidad Autónoma do Mexico, como os Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas; estudos sobre arquitetura no Chile, no Peru, no México, dentre outros. Foram frequentes também as referências à Revista do SPHAN, indicada em diversos números, nessa seção e a obras da série Publicações do SPHAN, como o trabalho de Afrânio

⁷ Interessante destacar a nota do tradutor, que informa ter optado por traduzir *classement* por registro, para acompanhar a expressão adotada na Argentina por meio dos atos declaratórios e faz referência ao termo *tombamento* adotado no Brasil para a mesma palavra (Boletin: 1940: 370).

Peixoto “Igreja de Nossa senhora da Glória do Outeiro”, recomendado no Boletin n. 6/1944. Destaque ainda podemos fazer para a indicação do artigo “Un juicio sobre el Boletin de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos de la Republica Argentina”, publicado na Revista de Indias, de Madri, provavelmente de divulgação das ações da Comisión (BOLETIN, 1942).

As dimensões e a diversidade de assuntos tratados no Boletin mostravam o trabalho monumental da Comisión, especialmente desempenhado por três importantes membros: seu presidente Ricardo Levene, seu secretário José Luís Busaniche e seu arquiteto Mário Buschiazza. Suas seções eram bastante descritivas e, por vezes, repetitivas. Mesmo assim, seu padrão bastante definido e seus índices bem elaborados facilitavam a consulta e demonstravam a complexa natureza da publicação, voltada para prestação de contas do trabalho realizado e, em especial, para o desenvolvimento de intercâmbio e produção de conhecimento numa rede de agentes constituída em torno na temática da proteção dos monumentos nacionais na Argentina.

Diferentemente do periódico brasileiro, o Boletin era um espaço de divulgação de experiências mais recentes em outros países, publicando artigos, leis e estudos de autores e instituições internacionais, constituindo-se num canal de integração, que busca conhecer e articular-se com uma rede de amplitude internacional. Tal rede parecia dar ênfase aos países latino-americanos, ainda que não exclusivamente.

Esse aspecto coloca em evidência diferenças marcantes entre as histórias desses dois países em relação ao continente. Essa impressão foi reforçada ao verificarmos a eleição do tema da Independência nacional e seus heróis como o marco mais significativo da história pátria, que se expressou em monumentos e lugares históricos protegidos, na temática dos museus nacionais conforme tratado fartamente no Boletin. A independência foi abordada como uma história de libertação que instituía e reforçava a construção de uma identidade hispano-americana, sem desprezar as singularidades e os heróis nacionais, sempre citados e atualizados na memória, como San Martin, o mais emblemático, ao lado de Sarmiento, Mitre e Urquiza. Nessa perspectiva, também por meio do Boletin foi disseminada a ideia de que a nação se constituiu efetivamente no século XIX, ao se libertar do jugo espanhol. E em suas origens remotas, encontravam-se elementos arquitetônicos coloniais expressivos, com forte presença jesuítica, como veremos a seguir.

Tipologia dos bens protegidos

O SPHAN, desde sua criação, incluiu nos Livros do Tombo conjuntos arquitetônicos de grande extensão, sendo comuns a inclusão de cidades inteiras. Na Argentina, foram objetos de preservação bens imóveis isolados, pequenos conjuntos e lugares considerados históricos. Uma das explicações possíveis para essa diferença pode residir na necessidade de expropriação do bem considerado de utilidade pública, para garantir sua efetiva preservação, segundo a legislação argentina, como vimos anteriormente.

O período compreendido entre os anos de 1938 e 1946 apresenta expressivos números de tombamentos ou declarações realizados nos dois países, ao compararmos com algumas décadas posteriores. Nessa ocasião, O SPHAN tombou 417 bens, representando o expressivo percentual de 38% do total de bens tombados até o ano de 2012, quando foi organizada a última Lista dos Bens Culturais inscritos no Livro do Tombo (IPHAN, 2013). Por sua vez, a Comisión havia realizado 334 declaratórias de monumentos e lugares históricos, impressionante cifra que corresponde a 54% do total dos bens declarados até o ano de 2012 (RADIO, 2012).

Em um universo de 334 bens declarados na Argentina, 97 foram classificados como Lugares Históricos “donde habían ocurrido sucesos de significación em la historia” (LEVENE, 1944) e 237 como monumentos. Maria Sabina Uribarren (op. cit, 2008) observou que muitos Lugares Históricos protegidos pela Comisión careciam de marcos construídos que os fizessem ser lembrados, sendo necessário, em alguns casos, construir monumentos específicos para relembrá-los ou recorrer à valorização de elementos simbólicos da natureza que se destacavam na geografia do lugar. Nesse último caso, chama atenção a declaração de árvores, vinculadas a figuras ou acontecimentos históricos.

Como vimos, o Decreto lei 25 previa a inclusão dos bens tombados em ao menos um dos quatro Livros do Tombo. Na sua pesquisa, Márcia Chuva afirma que, para além da seleção dos bens mais representativos da nação, processou-se também uma hierarquização informal dos bens considerados “patrimônio nacional”, tendo sido privilegiado o Livro de Belas Artes (CHUVA, 2009). Segundo os dados levantados no referido estudo, esse Livro recebeu 173 inscrições, sendo que seis delas reuniam centenas de imóveis de cidades mineiras tombadas, 185 bens foram inscritos conjuntamente nos Livros de Belas Artes e Histórico e 44 inscrições foram realizadas exclusivamente no Livro Histórico, o equivalente a apenas 10,6% do total de bens tombados no período (op. cit., 2009).

Os dados sobre os primeiros tombamentos realizados no Brasil não deixam dúvidas sobre o que havia sido identificado como a origem nacional, tendo em vista que o olhar

estetizante configurou as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, com o predomínio de um valor estético estilístico representado pelo barroco colonial.

Em relação à semelhante processo, na Argentina, recolhemos informações preliminares sobre os trabalhos realizados pela Comisión, dedicada a difundir e cuidar dos traços culturais de valor histórico para a nacionalidade argentina. A presença de Ricardo Levene a frente da Comisión oferece uma possível chave de interpretação para a valorização dos monumentos e lugares históricos nas declaratórias argentinas, em especial ao compararmos com as baixas inscrições isoladas no Livro do Tombo Histórico pelo SPHAN no mesmo período. Intelectual de destaque nos estudos históricos da Argentina, Levene participou, com outros intelectuais que mais tarde também se tornariam membros da Comisión, da Nova Escola Argentina de História e atuou como presidente da Junta de História y Numismática Americana e posteriormente da Academia Nacional de la Historia, contribuindo para a construção da ideia de “Nação Argentina”, tornando-se parte de uma rede de relações institucionais que contribuiu para a profissionalização da História no país (URIBARREN, 2008; RAVINA, 2003).

No contexto das discussões sobre as origens da nação e uma história nacional na Argentina, os debates ainda estavam bastante relacionados às disputas que estiveram presentes no processo de unificação do Estado argentino, isto é, a centralidade de uma integração nacional em oposição à valorização das regionalidades provinciais. Ricardo Levene esteve inserido nesses debates, tendo presidido o II Congreso de História de América, que se realizou em Buenos Aires em 1937 e partilhava da posição que predominou a esse respeito, que estabelecia que os estudos dos povos pre-colombianos deveria ficar a cargo de americanistas e a escrita da história nacional deveria se concentrar na história da América a partir da chegada do europeu no continente (PODGORNY, 2004). No ano seguinte, há expressivo rearranjo institucional, que estrutura as instituições responsáveis pela escrita de uma história nacional, com a criação da Academia Nacional de la Historia e da Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos. Quando analisamos a lista dos monumentos e lugares históricos protegidos na Argentina no período, verificamos a ausência efetiva de representações acerca da herança indígena, figurando apenas uma ruína que se refere ao patrimônio indígena no momento prévio à conquista (RADIO, 2012).

Outro aspecto a ser destacado relaciona-se ao temor causado pelo impacto da imigração, visto naquele contexto como responsável pela desagregação cultural da Argentina (DEVOTO; PAGANO, 2009). A chegada de milhões de imigrantes europeus ao continente americano em princípios do século XX contribuiu para a intensificação das discussões sobre sua identidade nacional e das práticas culturais capazes de materializá-la (LOPES, 2011). Segundo Uribarren (2008), a preocupação com a questão da imigração levou o Estado argentino a incentivar ações capazes de reforçar o papel da educação na formação da nacionalidade. O aprendizado da história e da língua foram considerados essenciais para a

formação do sentimento patriótico. Esse aspecto também se revela na ausência de bens protegidos relacionados a aspectos da cultura do imigrante nas políticas de preservação da memória nacional implementadas pela Comisión.

No Brasil, essa ausência, também verificável, condiz com outras ações do Estado, voltadas para a integração do imigrante como força de trabalho que deve progressivamente abrasileirar-se. Isso fica bastante evidente nas políticas de Estado no período Vargas, tanto na legislação que limita os postos de trabalho do imigrante, quanto na proibição do ensino em língua estrangeira, impondo o uso exclusivo da língua portuguesa nas escolas (SEYFERTH, 1997).

A história contada pelos bens tombados pelo SPHAN então não seria diferente dessa. Não se verifica na lista de bens tombados uma expressão sequer da presença imigrante no Brasil. Em relação à representação de uma herança indígena, vimos também uma invisibilidade que revela o pensamento do SPHAN. Exemplo disso é o Museu das Missões, em São Miguel, no Rio Grande do Sul, criado nos anos 1940, cuja ênfase foi o projeto civilizador dos jesuítas em relação aos indígenas (CHUVA, 2013). No período aqui recortado, apenas oito bens foram inscritos no Livro do Tombo, Etnográfico e Paisagístico, sendo que apenas o Sambaqui do Pindaí em São Luís e o acervo arqueológico e etnográfico do Museu Emílio Goeldi, ambos tombados em 1940, relacionam-se à presença indígena.

Se o passado indígena esteve praticamente ausente da lista de monumentos e lugares históricos argentinos, o mesmo não pode ser dito em relação aos bens que rememoravam a Independência ou a Revolução de Maio. Analisando os bens declarados, Uribarren (op. cit, 2008) identifica 26 bens relacionados à Independência entre 1930 e 1946. Outra tarefa frequente da CNMMYLH foi a confecção e instalação de placas comemorativas em todas as casas onde nasceram, viveram ou morreram homens representativos da Revolução de Maio ou da Organização Constitucional da República (BOLETIN, 1941, p.19).

A expressão material da religiosidade católica mereceu grande destaque ao longo da primeira década das políticas de preservação do patrimônio tanto no Brasil quanto na Argentina. Igrejas, capelas, seminários, passos e demais espaços de devoção católicos correspondem a 54% dos tombamentos realizados pelo SPHAN e 26% dos bens declarados monumentos e lugares históricos pela Comisión entre 1937 e 1946.

Numa primeira abordagem, percebemos indícios de que as declarações de monumentos ou de lugares históricos, realizadas pela Comisión e pelo SPHAN, destacavam especialmente os feitos do Estado nacional católico, em detrimento dos patrimônios oriundos dos diferentes grupos regionais existentes, prevalecendo a perspectiva nacionalista e homogeneizadora do nacional. O culto aos heróis da pátria argentina materializou-se principalmente através do registro de 117 sepulcros – 35% do total de bens preservados entre 1937 e 1946 – de personalidades históricas que desempenharam papéis de protagonistas em

momentos-chave na formação da nação, dentre os quais a Independência, que é o mais celebrado.

É preciso dar luz às práticas que se reproduzem nos museus de História, nos livros didáticos e reforçam inteligibilidades sobre o nacional que estão incorporadas de modo dominante e hegemônico, aceitas muitas vezes sem questionamentos. Da mesma forma que censos, mapas e museus, estudados por Benedict Anderson (2008), os bens imóveis e sítios urbanos preservados conferem materialidade às narrativas nacionais. Nesse processo, para além de visualizar a nação através de seus mapas, a nação passa a ser conhecida por meio dos bens preservados e dos acervos de museus nacionais e históricos. Evidenciam-se as atividades de promoção do patrimônio e o incentivo às viagens e às visitas aos bens preservados assume destaque.

Patrimônio e Turismo

Como vimos, ao longo da primeira década de atuação, o SPHAN caminhou rumo à definição de uma tipologia de patrimônio e de profissionais aptos para atuar nos assuntos de preservação. Nesse momento, o turismo ainda possuía pouca expressão no Brasil e muitas cidades preservadas mantinham-se voltadas para outras atividades econômicas como a agricultura, a mineração e a prestação de serviços comerciais e educacionais. No entanto, desde 1923, observamos a formação de associações empresariais voltadas para o desenvolvimento desse setor, caso da Sociedade Brasileira de Turismo⁸, que três anos após associou-se a agências internacionais passou a se chamar Touring Clube do Brasil e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), fundada em 1936.

Após o decreto 23.103, de 19 de agosto de 1933, que viabilizou a concessão de férias aos trabalhadores urbanos atrelados a sindicatos oficiais e de medidas de incentivos às viagens como a abertura de colônias de férias com hospedagens a baixo custo, viajar de férias com a família e hospedar-se em pousadas e hotéis tornou-se, aos poucos, um novo hábito. Tal atividade, no entanto, restringia-se a alguns poucos balneários atendidos por serviços de transportes coletivos, uma vez que a grande indústria automobilística e as políticas de construção das grandes rodovias ainda não dominavam o cenário nacional. O estímulo ao pequeno turismo rodoviário vinha, principalmente, de organizações como o Touring Clube do Brasil que coordenava periodicamente viagens automobilísticas a destinos ainda pouco conhecidos. Os sítios urbanos tombados pelo SPHAN, em geral ainda possuíam acesso

⁸ Fundada em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil com o objetivo de divulgar os recursos turísticos do Brasil e estimular as viagens automobilísticas, com a publicação de cartas rodoviárias.

precário e, apesar de já contarem com a proteção da agência federal, ainda não faziam parte de circuitos turísticos.

Menos de uma década após a criação da Comisión, é possível observar uma democratização do acesso aos balneários argentinos como consequência de uma variedade de políticas públicas e privadas que permitiram acesso a setores mais amplos da população aos seus “atrativos turísticos”. De acordo com Elisa Pastoriza (2011, p.197),

Os anos do peronismo representaram uma etapa quando se implementaram políticas sociais orientadas à implantação do turismo social na Argentina. A Revolução peronista prometeu uma revolução no consumo para as classes trabalhadoras que, em grande medida foi atingida e um amplo programa de políticas públicas de turismo social se estendeu por todo o território nacional alcançando as classes trabalhadoras. (PASTORIZA, 2011, p.197)

Através de transporte ferroviário ou rodoviário em viagens, incentivadas pelo Automóvel Clube da Argentina, popularizaram-se destinos turísticos litorâneos como Mar del Plata, e ampliaram-se as possibilidades de hospedagens a baixo custo em campings e colônias de férias. Para Pastoriza (op. cit., 2011), proporcionar férias e viagens a baixo custo aos trabalhadores urbanos fazia parte de um projeto de turismo social, assentado na ideia das férias como uma conquista associada ao Direito e ao descanso, fala frequente nos discursos do presidente Juan Domingo Perón, a partir de 1946.

No caso brasileiro, o potencial turístico dos antigos conjuntos urbanos não passava despercebido para os que tiveram atuação nas práticas de salvaguarda do patrimônio brasileiro. A existência nesse momento do turismo em antigas cidades europeias, ruínas, museus e outras instituições do gênero servia de estímulo a tal reflexão e práticas como a criação de museus em conjuntos urbanos patrimonializados, como o Museu da Inconfidência, em 1938 em Ouro Preto, o Museu das Missões em Santo Ângelo em 1940, do Museu do Ouro em Sabará em 1945 e o Museu do Diamante em Diamantina em 1954, conforme nos referimos anteriormente.

Nesse mesmo ano, os arquitetos do SPHAN envolveram-se com a construção de um hotel em Ouro Preto, o qual, segundo acreditavam, contribuiria com a ampliação do turismo na região. Lúcio Costa que participou ativamente desse processo, defendia que a construção de um “hotel moderno” tornaria ainda mais viva a “sensação de passado” vivenciada por seus visitantes. Esses não deveriam ser enganados com uma “imitação perfeita”, referindo-se aqui ao projeto de hotel neocolonial de autoria de Carlos Leão, que deixou de ser realizado em favor do projeto de Oscar Niemeyer (CARTA, 1939). O olhar do turista já era uma preocupação crescente entre os gestores do patrimônio. Conforme podemos detectar em

correspondências do SPHAN, o envolvimento desse Serviço com este hotel não ficou restrito à sua construção. Uma década depois, o administrador do grande Hotel pedia a Sylvio de Vasconcellos (Chefe do 3o. Distrito do SPHAN) uma "costumeira interferência junto às autoridades competentes para obtermos o abastecimento de água, sem a qual seremos forçados a fechar o hotel por não termos outro meio de atender aos serviços principais" (TELEGRAMA, 1948). Preocupado com as condições do hotel mais importante de Ouro Preto, então propriedade da Hidrominas, o diretor do SPHAN pedia providências ao governador, que o revitalizasse para que este estivesse, uma vez mais, "à altura do que deve ser um estabelecimento de tal natureza de propriedade do Estado de Minas Gerais no centro mais importante de atração turística existente no Brasil" (TELEGRAMA, 1948).

Observamos ainda a participação do SPHAN na divulgação do potencial turístico da cidade através do financiamento da publicação de um guia turístico de autoria de Manuel Bandeira (1963). Publicado pela primeira vez em 1938, o Guia de Ouro Preto, tornou-se um guia de referência sobre a cidade, vendido até hoje em alguns de seus principais pontos turísticos. Conforme o próprio autor descreve, a maior parte das informações da obra foi conseguida por intermédio de Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros funcionários do Serviço.

No caso argentino, membros da Comisión também participaram da elaboração de textos para ampla divulgação dos monumentos nacionais e lugares históricos. Em 1940, Ricardo Levene já havia manifestado sua intenção de difundir através de jornais, folhetos e guias as comemorações de eventos históricos que tivessem lugar nas proximidades das rodovias, monumentos e lugares históricos do Norte do país (BOLETIN, 1940). No terceiro número do Boletín, vimos que um de seus Vogais, o Coronel Bartolomé Ernesto Gallo continuou o trabalho de organização dos dados e informes dos delegados das províncias e territórios nacionais para editar oportunamente o mapa dos lugares históricos do país. Verificamos também que o Jornal La Nación de Buenos Aires publicava aos domingos informações ilustradas sobre lugares históricos, fornecidas pela Comisión e que a Revista do Automóvel Clube da Argentina realizaria publicações sintéticas sobre as regiões históricas do país, de acordo com a Comisión (BOLETIN, 1941, p.18).

Em 1942, acompanhamos a assinatura de um acordo entre a Dirección Nacional de Vialidad (equivalente ao Ministério do Transportes) e a Comisión para a sinalização de lugares históricos nas rodovias nacionais. As placas indicativas de lugares históricos deveriam localizar-se nas margens das rodovias nacionais que iam sendo abertas. (BOLETIN, 1942, p.21)

Uribarren (2008) identifica frequentes publicações da Comisión em levantamentos realizados na Revista do Automovel Club argentino. O principal objetivo seria "facilitar as atividades turísticas dos associados, com informações sobre as características e condições das diversas zonas do país. No ano de 1944, verificamos o apoio da Comisión à sugestão

realizada pela Dirección Provincial de Turismo de Córdoba para a instalação de um escritório de informações turísticas em um prédio pertencente à Cúria, a Capela do Obispo Mercadillo na Cidade de Córdoba (BOLETIN, 1945).

É interessante observar, ainda, que indícios de preocupação com possíveis danos aos bens imóveis preservados em função do aumento do fluxo turístico estiveram presentes desde a criação da Comisión. No primeiro Boletin publicado em 1939, o arquiteto Mário Buschiazza preocupava-se com os saques e destruições realizados por moradores e turistas às ruínas de San Ignacio Miní (BOLETIN, 1946). Em escritos sobre a abertura de estradas que ligariam Salta aos Vales Calchaquíes no norte da Argentina advertia que

uma avalanche de turistas ocorrerá, levando todos seus benefícios econômicos e os inconvenientes já sabidos, a menos que uma legislação adequada preveja a tempo (...) alterações, modernizações mal entendidas e demais atropelos que pode trazer a divulgação de um sítio, escondido até agora e salvo até o momento em função dessa circunstância. (BOLETIN, 1942, p.42)

Finalizava aconselhando à Comisión a salvar o povo de Molinos de modo a conservar seu aspecto típico e, uma vez que a Dirección General de Arquitectura estava construindo hotéis e hospedarias de turismo em todo o território nacional, sugeria a construção de uma hospedaria na cidade, talvez adaptando uma das casas coloniais abandonadas, o que resolveria o problema da hospedagem, sem afetar a beleza arquitetônica da vila.

A mesma preocupação só apareceria duas décadas mais tarde nas publicações do SPHAN e em relatórios produzidos por consultores em missões da Unesco no Brasil. Nos últimos anos da década de 1960 a expansão mundial do turismo gerou grandes reflexos para o campo da preservação. Naquele momento, muitos dos intelectuais presentes no interior das agências de salvaguarda e mesmo nas recém-criadas agências de promoção do turismo passaram a defender sistematicamente a ideia de que o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos seria a principal alternativa capaz de gerar os recursos necessários para a manutenção e conservação dos bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que integravam os patrimônios culturais nacionais. Tal argumento fortaleceu-se principalmente em países como o Brasil, nos quais os financiamentos estatais mostravam-se insuficientes para a manutenção da integralidade do patrimônio cultural nacional (AGUIAR, 2013). No principal relatório elaborado por ocasião da vinda dos consultores da Unesco, encontramos advertências de que o turismo de massa poderia contribuir para a degradação dos bens culturais brasileiros (PARENT, 1968). No entanto, prevaleceu naquele momento o argumento de que essa atividade poderia financiar as urgentes obras de restauração dos bens imóveis e conjuntos urbanos considerados patrimônio cultural nacional, captando recursos da iniciativa privada e não somente do Estado, tendência entre os países europeus mais

desenvolvidos. Nesse novo contexto, os bens deveriam ser preservados também por serem atrativos turísticos e, consequentemente, assumiam novos valores, significados e circuitos turísticos, ao mesmo tempo em que também se mantinham como símbolos capazes de conferir materialidade às narrativas nacionais.

Considerações Finais

Os estudos históricos comparativos sobre as políticas de proteção ao patrimônio cultural no continente sul americano estão dando seus primeiros passos, apontando perspectivas bastante promissoras. A temática em questão favorece a observação em perspectivas distintas: por um lado, questões intestinas, numa reflexão sobre os processos singulares de formação dos estados nacionais, com raízes fincadas em processos de longa duração, que reproduzem modos de vida, relações de poder, e formas de controle sobre populações dispersas no território estabelecido como nacional. Os estudos voltados para a desconstrução de perspectivas essencialistas da cultura e dos povos formadores das nações podem trazer a luz aspectos invisibilizados de relações de dominação que se reproduzem não pelo uso da força, mas pela sua eufemização. Por outro lado, trata-se de um tema que integra países em redes que impõem padrões internacionais de controle, acesso e circulação de bens e pessoas, levando-nos a um olhar também em macro perspectiva, refletindo sobre sistemas globais.

Criados no ano de 1937 e 1938, o SPHAN e a Comisión, respectivamente, devem ser compreendidos em função de um contexto histórico marcado por uma forte presença dos Estados Nacionais na criação e estímulo de políticas culturais que se diferenciavam em função do grau das intervenções e da maior ou menor participação de setores da sociedade civil organizada. As narrativas nacionais resultantes desse processo estão fortemente marcadas pela atuação dos intelectuais que participaram das recém criadas agências federais, assim como pelas relações que estes estabeleceram com outros espaços de produção e consagração, tais como Institutos Históricos, Academias, Associações Profissionais e agências internacionais, capazes de criar normatizações e consagrar práticas de preservação dos patrimônios culturais.

Nossas considerações são ainda preliminares e por isso, preferimos aqui levantar pontos que podem vir a nortear pesquisas futuras. A inter-relação entre a constituição dos campos historiográfico, arquitetônico e de patrimônio e os processos históricos transcorridos nos dois países a esse respeito é um deles. Vimos que o discurso científico era argumento de autoridade e a construção de legitimidade das ações de proteção no Brasil nele se assentou. As representações da história nacional por meio dos bens protegidos na

Argentina e a construção de uma nova historiografia de caráter profissional e científico foram metas perseguidas pelo principal intelectual a frente daquela instituição, tendo participado ativamente dos debates historiográficos e sobre as representações materiais da nação. O arquiteto e a perspectiva estética da arquitetura também foram centrais, basta verificarmos os resultados da restauração do Cabildo de Buenos Aires. No Brasil, contudo, essa relação foi bem mais estreita, a ponto da história da preservação do patrimônio arquitetônico se confundir com a história de constituição do campo da arquitetura no Brasil, tendo em vista os mesmos agentes envolvidos nos dois processos.

Outro aspecto que pode ser destacado são as distinções marcantes nas legislações criadas para a salvaguarda dos patrimônios nacionais e a organização administrativa própria de cada instituição como fruto de seus processos históricos singulares. A forte intervenção do estado que caracterizou a legislação brasileira é, a primeira vista, responsável pelas diferenças significativas entre a tipologia de bens preservados nos dois países e, consequentemente as narrativas sobre o passado das duas nações americanas aqui analisadas. A maior autonomia do SPHAN para realizar os tombamentos em relação ao poder executivo, assim como a presença de instrumentos legais mais eficazes para garantilos - com a manutenção do decreto-lei 25 - em relação ao seu congênero argentino são importantes indícios para a compreensão da preservação de um significativo número de bens privados ou mesmo de conjuntos urbanos que abrigam centenas de imóveis, o que não ocorre em nosso país vizinho.

A atuação das instituições a partir da aplicação do instituto do tombamento ou do registro ou ato declaratório, se dá tanto através das tentativas de promoção do consenso como através da coerção. No primeiro caso, destacamos as atividades de promoção das ações institucionais e a atuação de intelectuais consagrados em outras instâncias e que participavam dos seus quadros como vogais e conselheiros. Ao mesmo tempo, tanto a Comisión como o SPHAN exerceram papéis de controle e fiscalização, implementando medidas corretivas e punitivas, ao embargar obras, atribuir multas e responsabilidades ao serem infringidas as normas de conservação dos bens protegidos.

As duas instituições investiram fortemente na produção de espaços comunicativos e de integração de uma rede de intelectuais mais ampla, que favoreceram a construção de legitimidade das suas ações. Aspecto a ser aprofundado, sem dúvida, está relacionado às formas de pensar o lugar institucional e do país, no campo do patrimônio. Se por um lado, a agência argentina demonstrava interesse em conhecer mecanismos legais e os estudos desenvolvidos pelos países do continente sul-americano e também europeus, como fica evidente em algumas seções do Boletín da Comisión, o Brasil, por sua vez, não evidenciava por meio da Revista do SPHAN, nenhuma vinculação ou interesse com a ação de seus vizinhos. Isso vai se revelar em outras ações, por meio de outras fontes de investigação, e trata-se, sem dúvida, de temática instigante a ser aprofundada.

Preocupações em relação aos problemas que o desenvolvimento da atividade turística poderia trazer para a preservação do patrimônio foram detectadas nos textos produzidos pela Comisión desde a década de 1940. No caso brasileiro, esta questão torna-se central 20 anos mais tarde, conforme visto em correspondências e textos escritos por técnicos do IPHAN, ou ainda em diagnósticos realizados por consultores da Unesco no Brasil. Como vimos, relatórios sobre os potenciais turísticos de cidades como Paraty e Porto Seguro advertiam sobre a necessidade de intensificar as medidas de proteção com a abertura da BR 101. A diferença entre os dois países em relação ao turismo talvez esteja relacionada às dimensões continentais do Brasil e às grandes dificuldades de acesso a muitos conjuntos urbanos brasileiros preservados ao contrário da Argentina, que começava a superar esse problema graças a um maior estímulo à construção das rodovias já nessa fase. Além disso, é necessário destacar a precocidade do estímulo à ampliação do turismo entre os trabalhadores urbanos no caso argentino.

Por fim, os pontos aqui levantados acerca das primeiras décadas de atuação das agências de preservação no Brasil e na Argentina mostram similaridades nos investimentos feitos para dar materialidade às suas comunidades imaginadas. Ao longo desse período, a atuação das agências, caracterizada pelo estímulo à construção de hotéis, apoio à confecção de guias turísticos impressos, a realização de materiais de sinalização turística e a abertura de museus em conjuntos ou imóveis preservados, foi profundamente marcada por um sentido pedagógico que naturalizava o ser nacional. Ademais, a atividade turística em espaços preservados contribuiria para a legitimação dos trabalhos desenvolvidos tanto pelo IPHAN, quanto pela Comisión, uma vez que ambas estavam em processos de consolidação e buscavam, em meio a disputas, consagrarem-se como as instituições aptas a selecionar e preservar o patrimônio nacional.

Bibliografia

AGUIAR, Leila Bianchi. Projetos nacionais de preservação do patrimônio: promoção, divulgação e turismo nos sítios urbanos patrimonializados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013.

----- . *Turismo e Preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Teses (Doutorado em História). 2006. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

----- . *Porto Seguro, berço da nacionalidade brasileira*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. 4^a. Edição. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

BOLETIN de la Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos, n.1/1939; n.2/1940; n.3/1941.

BOLETIN de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos, n.4/1942; n.5/1943; n.6/1944; n.7/1945; n.8/1946.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: EDUSP, 1982.

----- . *O Poder Simbólico*. São Paulo: DIFEL, 1989.

BUSCHIAZZO, Mario. La organizacion del servicio de monumentos históricos na França. In *Boletin da Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos*, nº 2/1940.

----- . Informe del delegado de la Comisión ante el V Congreso Panamericano de Arquitectos. *Boletin da Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos*, nº 2/1940.

----- . La restauración da ciudad de Williamsburg. In *Boletin da Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos*, nº 3/1941.

CARTA de Lúcio Costa endereçada a Rodrigo Mello Franco de Andrade sobre o Grande Hotel de 1939. *Série Inventário*. Pasta: Grande Hotel de Ouro Preto. Arquivo Geral do IPHAN.

CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na Preservação de Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHUVA, Márcia. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013.

----- . *Os Arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COMISIÓN Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos de la República Argentina. *Monumentos Históricos Nacionales y otros bienes declarados de la República Argentina*. Edición 2009. CD-ROM.

DEVOTO, Fernando y PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

IPHAN. *Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>, acesso em: 20/06/2014.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

LEVENE, Ricardo. Monumentos y Lugares Históricos de la República Argentina. In *Boletín de la Comisión de Museos y Monumentos Históricos*, n. 6/1944.

LOPES, Maíne Barbosa. Representações da imigração na Argentina: os discursos acerca do patrimônio ex-Hotel de Imigrantes. In *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011.

LOWANDE, Walter. Em busca da autenticidade primitiva: as ações de preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico (1937-1961). In *Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.

PARENT, Michel. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement par M. Parent*. Paris: 1968. mimeo.

PASTORIZA, Eliza. *La conquista de las vacaciones: breve historia del turismo en la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

PODGORNY, Irina. "Tocar para creer". La arqueología en la Argentina, 1910-1940. *Anales del Museo de América*, n. 12, 2004.

RADIO CLUB ARGENTINO. *Diploma Monumentos Históricos*. Disponível em:
<http://www.lu4aa.org/diplomas/monumentos.htm>. Acesso em 22/06/2014.

RAVINA, Aurora. La historiografía. In *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Tomo 6, Buenos Aires: Planeta, 2003.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão social. *Mana - estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, nº 3/1, abril/1997.

TELEGRAMA de Manuel Rias (administrador do Grande Hotel) a Sylvio de Vasconcelos. Nov.1948. Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN em Minas Gerais.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. In *Revista do SPAN*, nº 1, 1937.

URIBARREN, María Sabina. *A Atuação da Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba*. 2008 Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.